

CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO MORRO DO URUBU EM ARACAJU-SE**Felippe Pessoa de Melo¹**

RESUMO: O referido trabalho tem como objetivo analisar os conflitos geoambientais no Morro do Urubu. O qual é uma área de proteção ambiental criada pelo decreto nº 13.713 publicado em 15 de junho de 1993, na então gestão do governador João Alves Filho. Essa APA é o último resquício de Mata Atlântica em Aracaju-SE, estando inserida dentro dos domínios do Parque Estadual José Rollemberg Leite, conhecido localmente como Parque da Cidade. Mas devido ineficiência do poder público em gerir essa APA, o perímetro urbano está crescendo de formar irregular dentro dos limites desse patrimônio natural aracajuano, sendo também encontrados locais onde ocorrem práticas agrícolas de subsistência. É necessário compreender que o ato de criar uma APA através de um decreto não garante a seguridade desse patrimônio ambiental, logo a população local tem correlações com esse local que devem ser compreendidas, de formar que a implantação da APA venha a contribuir com a melhoria social e não se tornar mais um elemento difusor de conflitos socioambientais.

Palavras-chave: APA. Patrimônio ambiental. Conflitos socioambientais.

¹ Mestre em Geociências e Análise de Bacias pela Universidade Federal de Sergipe, Professor efetivo das Redes Estadual de Alagoas e Municipal de Garanhuns-PE e Tutor da Universidade Federal de Sergipe.

1 INTRODUÇÃO

Com a finalidade de criar no Brasil áreas protegidas e que permitissem a realização de pesquisas que objetivassem as questões ambientais, para suprir essa necessidade brasileira foi criada categoria APA, a partir da Lei nº 6.902 de 27 de abril de 1981 a qual foi regulamentada pelos Decretos nº 88.351 de 01 de junho de 1983 e 99.274 de 06 de junho de 1990. Em consonância com essa ação do governo federal, o então governador de Sergipe João Alves Filho, a partir do decreto 13.713 de 15 de junho de 1993, cria a Área de Preservação Ambiental do Morro do Urubu.

A APA do Morro do Urubu está inserida na porção norte do município de Aracaju-SE, estando totalmente inserida no Parque Estadual José Rollemberg ou Parque da Cidade.

Geograficamente o Morro do Urubu é um sítio natural elevado, sua conta altimétrica máxima é de 90m, com a presença de terraços marinhos planos e baixos, onde é mais marcante o processo de ocupação irregular.

Em consequência dos conflitos pela ocupação desordenada da área e sua consequente degradação ambiental, no ano de 2000, foi criado o Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica - RBMA (decreto 18.638, de 21/02/2000), tendo como atribuições, o dever de promover a conservação da biodiversidade do desenvolvimento sustentável e do conhecimento científico da Mata Atlântica e seus ecossistemas associados, além do dever de assegurar, no Estado de Sergipe, a reserva da Biosfera da Mata Atlântica reconhecida, inclusive, pela UNESCO. (MATTOS, 2010, p. 49)

Dentro desse cenário de desequilíbrio geoambiental destacam-se as seguintes ações: retirada da cobertura vegetal, crescimento urbano em áreas irregulares e descarte dos resíduos sólidos e líquidos. Esse modelo de uso e ocupação do solo está deixando a paisagem mais susceptível à movimentos de massas, os quais colocam em risco de vida principalmente a população que ocupa o sopé do Morro do Urubu; provocando a perda de

fauna e flora local, tendo como consequência direta grande presença de insetos dentro das residências quem ocupam as imediações dessa APA; contaminação dos corpos d'águas...

Em se tratando de um problema socioambiental, as ocupações subnormais e seu consequente impacto ambiental constituem-se como reflexo de algumas camadas sociais de menor poder aquisitivo, que ocupam áreas sem qualquer tipo de infraestrutura urbana, ordenamento territorial ou mesmo a titularidade da área ocupada, constituindo dessa forma assentos subnormais conhecidos popularmente por favela. (MATTOS, 2010, p. 51)

Esse quadro de desequilíbrio socioambiental tem suas raízes na forma como a APP foi implantada, logo não levou em consideração as necessidades das comunidades que possuíam relações diretas e indiretas como o Morro do Urubu, nem tão pouco com a contratação de mão de obra qualificada para fiscalizar e gerir a Área de Proteção Ambiental em consonância com os interesses do estado, da sociedade e com poder judiciário. Dessa forma o referido trabalho tem como objetivo analisar os conflitos geoambientais no Morro do Urubu. O qual

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E MATERIAIS

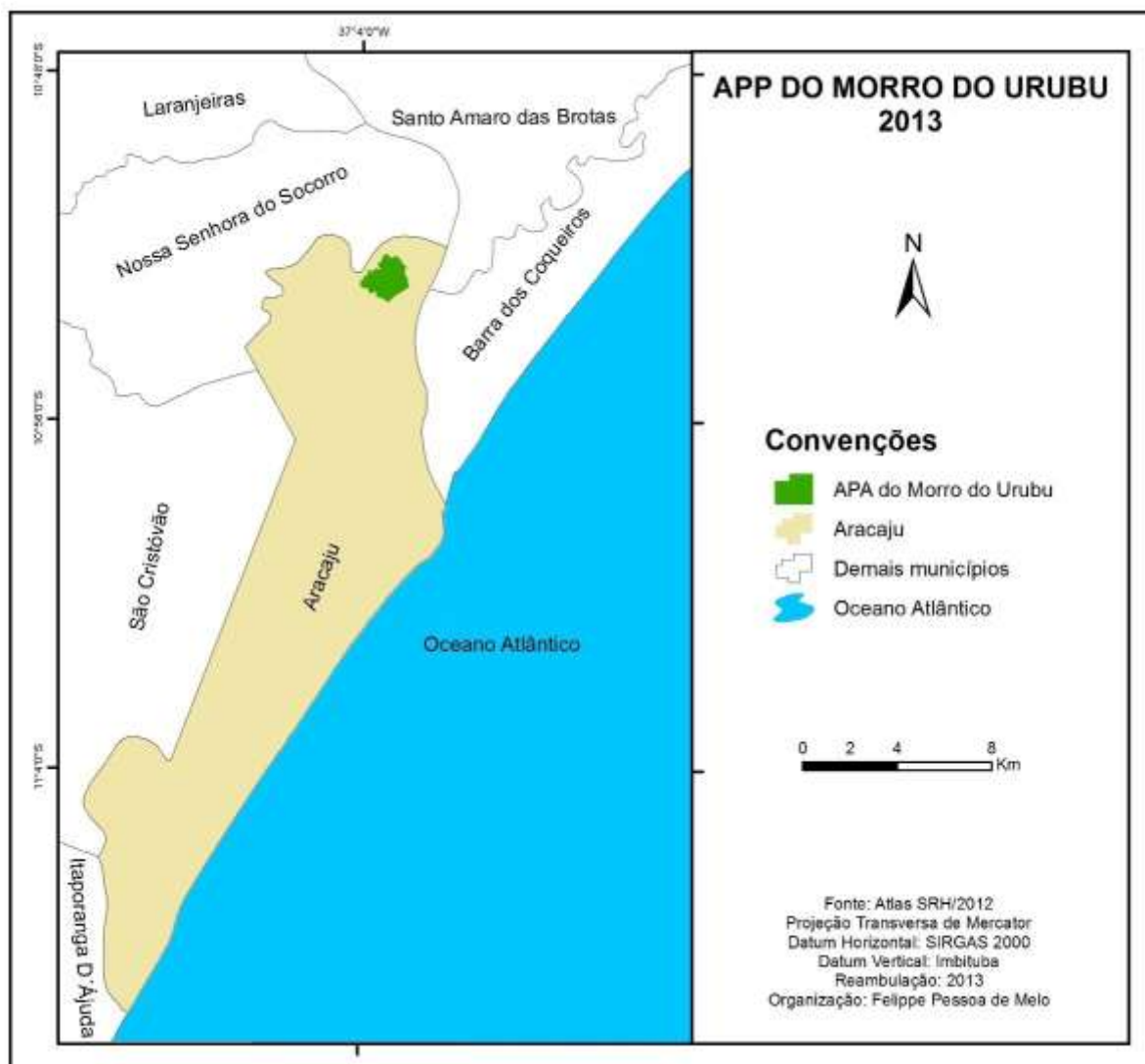
Foram utilizados materiais bibliográficos quem abordavam fundamentavam as discussões sobre o Morro do Urubu e áreas afins, dados vetoriais e matriciais, GPS e Sistemas de Informações Geográficas (ArcGIS e SPRING).

Logo em seguida foi criado um banco de dados geográficos georreferenciado contendo as informações matriciais e vetoriais oriundas da pesquisa de gabinete. Posteriormente foi realizada uma pesquisa de campo, com a finalidade de confirmar, corrigir, reambular as informações provenientes do trabalho de gabinete e adicionar novas informações constatadas no trabalho de campo e confecção do material cartográfico.

3 LOCALIZAÇÃO DA ÁREA

O Morro do Urubu está localizado no estado de Sergipe, no extremo norte do município de Aracaju (Figura 1), estando delimitado pelos paralelos de $10^{\circ} 52' 9''$ e $10^{\circ} 53' 16''$ S e pelos meridianos de $37^{\circ} 4' 2''$ e $37^{\circ} 2' 54''$ W.

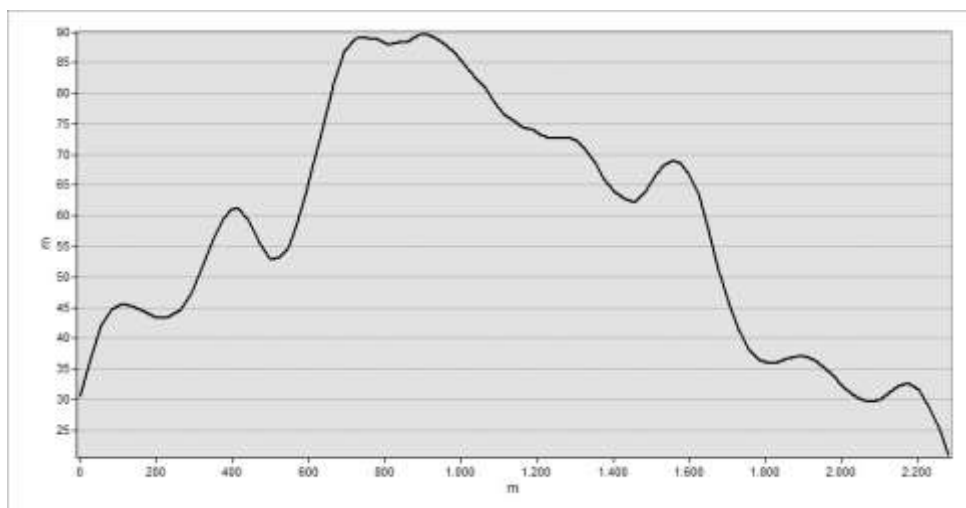
Figura 1 – APP do Morro do Urubu.



4 ASPECTOS FISIAGRÁFICOS

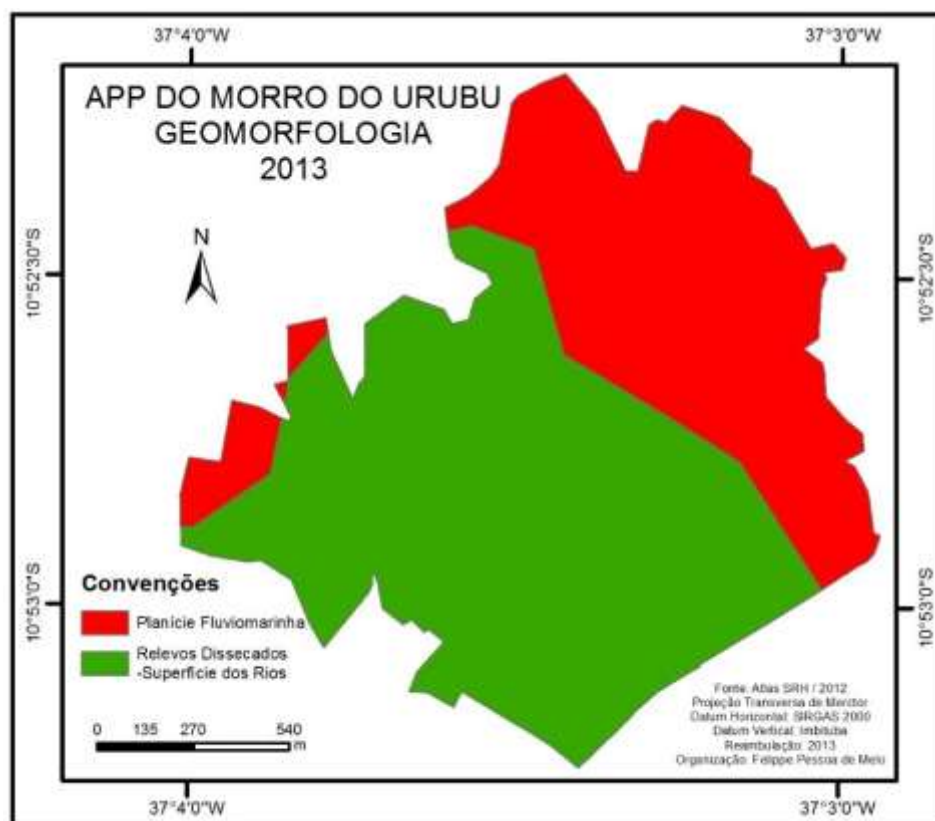
A APA do Morro do Urubu possui uma área de 2,12km², é o último resquício de Mata Atlântica no município de Aracaju, com uma precipitação média anual de 1.600mm em relação a sua topografia, seu topo é côncavo, com a presença de vertentes côncavas e convexas.

Figura 2 – Perfil topográfico do Morro do Urubu.



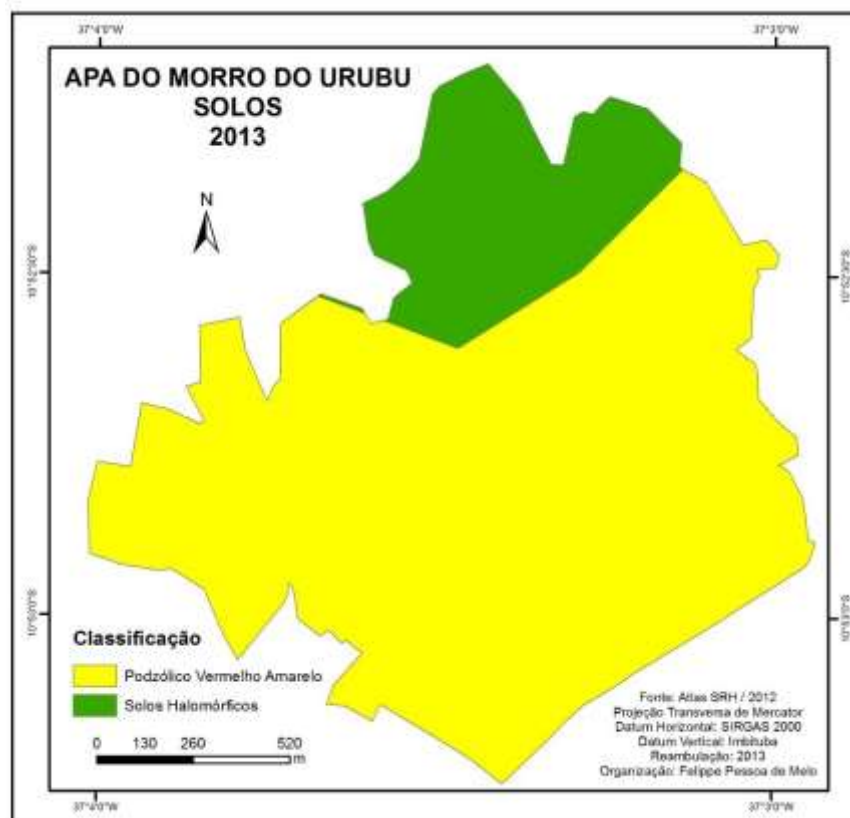
Geomorfologicamente encontra-se sobre os domínios dos relevos dissecados / superfícies dos rios e planície flúvio marinha (Figura 3). O primeiro com uma área de 0,83km² e o segundo com 1,29km².

Figura 3 – Geomorfologia do Morro do Urubu.



Existe a presença de dois tipos de solos na reserva, podzólicos vermelho amarelo e halomórficos (Figura 4). O primeiro destaca-se devido sua maior representatividade, ocupando 81,46% da APA.

Figura 4 – Solos do Morro do Urubu.



5 PROBLEMAS GEOAMBIENTAIS

As encostas da APA estão com problemas na sua estabilidade devido a retirada da cobertura vegetal em detrimento da agricultura de subsistência ou familiar (Figura 5) e do intenso processo de urbanização (Figura 6).

As áreas correspondentes ao solo exposto nas proximidades dos rios, estradas e caminhos podem facilitar os processos de erosão e assoreamento junto aos cursos d'água e proximidades, principalmente quando relacionados com declividades mais elevadas já que esses solos ficam susceptíveis a ação das chuvas. (TRENTIN & FILHO, 2009).

Essas peculiaridades do modelado aliadas a interferência humana sem os cuidados necessários maximizam o poder de ação dos agentes erosivos.

O acúmulo de resíduos sólidos oriundos das residências circunvizinhas é outro problema latente (Figura 7), o qual provoca uma grande concentração de insetos, contamina os corpos d'águas... podendo vir a provocar doenças associadas a picadas de insetos ou veiculação hídrica.

Santos (2004), afirma que a avaliação de impactos ambientais é outro instrumento de planejamento ambiental, pois a avaliação constrói cenários futuros e pressupõe a participação pública.

Figura 5 – Agricultura de Subsistência em Área Irregular.



Fonte: Trabalho de Campo em 07/07/2013

O planejamento ambiental pode se apresentar sob diferentes formas de expressão, sendo que os termos zoneamento territorial ambiental, os estudos de impactos ambientais, planos de manejo de bacias hidrográficas e capacidade

agrícola das terras são apenas instrumentos do planejamento ambiental. (GOIS, 2010).

Dessa forma compreende-se que o plano gestor da área em questão deve contemplar as questões ambientais em consonância com os distintos interesses da sociedade.

Figura 6 – Intenso Processo de Urbanização.



Figura 7 – Descarte de Resíduos Sólidos.



Fonte: Trabalho de Campo em 07/07/2013.

Deve-se ressaltar que a incompatibilidade entre o modelo de uso e ocupação do solo do Morro do Urubu estabelecido pelo decreto estadual 13.713 de 15 de junho de 1993 e o que está sendo praticado pela sociedade. É fruto de políticas públicas verticais, as quais não desestruturadas, de formar que cria-se a APA, mas não fornece o subsídio necessário para sua manutenção física e jurídica. Dando origem a um cenário de conflitos geoambientais.

Os conflitos envolvem interesses impróprios que vão do individual ao coletivo numa mesma situação. Uma doutrina de processo político pode deste modo, não ser suficiente para esclarecer o conjunto de elementos presentes em conflitos, tais quais os psicológicos. Por isto decorrem que uma única disciplina do

conhecimento pode não ser suficiente para se analisar conflitos, sobretudo aqueles pautados à promoção de formas mais sustentáveis de desenvolvimento, pois as diversas dimensões da sustentabilidade implicam justamente num enfoque interdisciplinar. (BARBANTI JR., 2002)

É comum no contexto ambiental brasileiro um descaso dos órgãos públicos no que diz respeito a manutenção de áreas protegidas. De forma que o legislativo tenta repassar a culpa dessa problemática para as pessoas oriundas das classes sociais mais baixas. Formando a opinião pública de que esses pequenos agricultores são contraventores, não respeitam as leis e portanto devem serem punidos em nome de um bem maior, que nesse caso é a melhoria social.

Mas em momento algum para-se para pensar que a política neoliberal praticada pelo Estado é ineficaz para garantir que essas classes tenham o mínimo para sobreviver, de forma que eles são forçados a desenvolverem atividades para complementarem suas rendas familiares.

E como boa parte deles é fruto dos processos de expropriação das terras dos pequenos produtores em detrimento dos grandes produtores de monoculturas, como no caso do endividamento dos produtores de laranja em Lagarto-SE.

Vários relatos dos ocupantes da APA para prática agrícola explicam que precisam de terras para poderem dar o sustento de suas famílias, pois não conseguem empregos principalmente devido: suas idades, seus baixos níveis escolares e o excesso de mão de obra. Com isso só sobra a agricultura irregular para garantir seu sustento e da sua família.

5 CONCLUSÕES

A APA do Morro do Urubu está sofrendo grandes preções do processo latente de especulação imobiliária em Aracaju-SE e dos pequenos agricultores, frutos do processo de expropriação da terra praticado pelo Estado através de políticas neoliberais que estão

mascaradas em linhas de créditos oficiais do Governo. As quais incentivam os pequenos produtores a tomarem empréstimos para maximizarem a suas rendas e por tanto inserissem na lógica do mercadológica neoliberal. Sendo que os mesmos não conseguem pagar seus empréstimos e são obrigados a vendê-las para saudar suas dívidas no Banco.

Portanto os problemas geoambientais do Morro do Urubu tem suas raízes nas próprias políticas públicas governamentais. Logo o primeiro passo para solucionar essa problemática é acabar com o processo de expropriação das terras dos pequenos agricultores e realocação dos expropriados.

Mas o governo continua com grandes campanhas de linhas de créditos com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar-PRONAF financia projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária.

Com base na problemática supracitada observa-se que o problema do Morro do Urubu transcende os limites municipais de Aracaju-SE, pois está intrinsecamente relacionado com o endividamento e expropriação da terra do pequeno agricultor.

REFERÊNCIAS

BARBANTI JR., Olympio. **Conflitos Socioambientais: Teorias e Práticas**. 2002.

CPRM-Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais. 2012. **Geobank**. Disponível em: <<http://www.cprm.gov.br/>>. Acesso em 04 de mai. 2013.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Banco de Dados**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/default.php>>. Acesso em 01 de mai. 2013.

GOIS, D. V. 2010. **Planejamento Ambiental e o Uso do Geoprocessamento no Ordenamento da Bacia do Rio da Dona-BA**. Tese de Doutorado, Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, 309p.

SANTOS, R. F. 2004. **Planejamento ambiental: teoria e prática**. São Paulo/SP.

SRH-Superintendência de Recursos Hídricos. **Atlas Digital**. Disponível em: <<http://www.semarrh.se.gov.br/srh/>> Acesso em: 25 de jan. 2013.

TRENTIN, G. & FILHO, W. P. 2009. **Características limnológicas no Município de Severiano de Almeida-RS.** Goiás. Rev. Elet. Geo., 12: 1-19.